

Dívida Pública

Custo da dívida interna equivale ao déficit do INSS e programa social

MARIANA CARNEIRO

Rio

Se o Brasil adotasse uma política de juros semelhante à dos demais países em desenvolvimento pagaria cerca de um terço do despendido hoje com o encargo. A diferença chega a R\$ 85 bilhões este ano, soma que daria para arcar com todo o déficit do INSS previsto para o ano que vem (R\$ 39 bi), além do programa Bolsa-família (R\$ 8,32 bi) e o orçamento previsto para o Ministério da Saúde (R\$ 37 bilhões).

A estimativa é da consultoria **GRC Visão**, segundo a qual o país ostenta uma taxa de juros real (descontada a inflação) duas vezes mais alta do que a do segundo colocado, a China. O Brasil atinge, com a redução de 0,25 ponto percentual ocorrida na última semana, taxa real de 14%, contra 6,3% da economia que mais cresce no mundo. Em outras palavras, o custo do dinheiro para um brasileiro é o dobro do que para um chinês. "Além de uma redução do valor pago, com a própria queda dos juros, haveria a possibilidade também de diminuir a exposição. Afinal, quando uma dívida é alta, é rolada. Quando cai, é honrada", diz o economista-chefe da GRC Visão, Jason Vieira.

A exigência é conhecida, porém poucas vezes obedecida: austeridade fiscal. "Seja via déficit nominal zero ou superávit

primário maior do que a meta atual de 4,25% do PIB, é preciso fazer economia. Só assim, o Brasil terá um upgrade", diz, referindo-se à declaração do ministro Antonio Palocci, na última semana, de que o país alcançaria em breve o grau de investimento (investment grade), o que significa pequeno risco a investidores.

MÉDIA ELEVADA

O País pagará este ano, segundo cálculos do Planejamento, R\$ 127 bilhões em juros, 60% a mais do que em 2004 (R\$ 79,4 bilhões). A causa indiscutível é a elevação da taxa básica de juros (Selic) e sua manutenção em níveis elevados pelo maior tempo desde a liberação do câmbio e adoção das metas de inflação, em 1999. A média da Selic saltou de um patamar de 16% em 2004 para 19,2% neste ano.

Para muitos, o Comitê de Política Monetária (Copom) foi além da conta. "Poderia ter abaixado há mais tempo, em junho ou julho", avalia o diretor do **Banco Itaú** e ex-diretor de Política Econômica do Banco Central, Sérgio Werlang. — Daqui para frente, o BC vai ficar de olho nos indicadores de agosto para decidir se aumenta a velocidade de queda de juros. Se a indústria continuar desacelerando, o corte poderá ser de 0,50 ponto percentual.